



18 a 22 de outubro de 2021

PLENÁRIO DA CÂMARA

Encontra-se na pauta para discussão e votação:

- O PL nº 11.276/2018 (do Poder Executivo), que institui a *Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo*. A relatora é a dep. Professora Rosa Neide (PT-MT). Trata-se de um projeto do governo Temer que prevê a substituição gradativa do uso do fogo no meio rural, de uso adequado de queimas prescritas e queimas controladas com o objetivo da redução dos danos dos incêndios florestais.

- O PL nº 9.432-A/2017 (da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional), que altera dispositivos do Decreto-lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990. O Relator é o dep. General Peternelli (PSL-SP). O PL inclui o excludente de ilicitude, que amplia o conceito de legítima defesa por parte de agentes do Estado (polícia), o que, em tese, dificultaria a punição de abuso policial.

- A PEC nº 5-B, DE 2021 (do dep. Paulo Teixeira PT-SP e outros), que altera o artigo 130-A da Constituição Federal no que trata da composição do *Conselho Nacional do Ministério Público*. O relator é o dep. Paulo Magalhães (PSB-BA). Um tema muito complexo, com diversos atores no campo de interesses. Fatos recentes nos âmbitos nacional e regional prejudicam e politizam uma discussão isenta e necessária sobre a fundamental autonomia e transparência do CNMP e seus limites.

PLANÁRIO DO SENADO

Encontra-se na pauta para discussão e votação:

- O PL nº 2.350/2021 (do sen. Eduardo Braga MDB-AM), que cria o *Programa Gás para os Brasileiros* e altera a Lei nº 10.336/2001, que institui a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre combustíveis (Cide). O relator é o sen. Marcelo Castro (MDB-PI). Trata-se de uma tramitação conjunta: PL nº 1.374/2021, do dep. Carlos Zarattini (PT-SP), com o PL nº 1.507/2021, do sen. Paulo Paim (PT-RS). O projeto 1.374/2021 já foi aprovado no plenário da Câmara.

- PL nº 1539 (da sen. Kátia Abreu PP-TO), que altera a Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei 12.187, de 29 de dezembro de 2009) para estabelecer nova meta de compromisso nacional voluntário e seu depósito junto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. A intenção é declarar o compromisso brasileiro na COP26. Esse projeto busca ser uma pauta positiva na discussão de créditos de carbono e outras implicações com a intenção de "melhorar a imagem" do Brasil no exterior.

COMISSÕES DA CÂMARA

Comissão De Seguridade Social e Família. O Ministro de Estado da Defesa, Walter Braga Netto, compareceu à comissão, dia 19/10, às 9h, para prestar esclarecimentos sobre a paralisação do *Programa Emergencial de Distribuição de Água*, conhecido como Operação Carro-Pipa. O requerimento de convite a Braga Netto (312/21) partiu do Deputado Danilo Cabral (PSB-PE).

GT – Código de Mineração – Decreto-Lei 227/1967. *Audiências Públicas.* Dias 19 e 20/10, às 14h.

Minas e Energia. *Seminário Mineração, transição energética e clima*, para tratar sobre mineração, energia limpa e perspectivas do setor. Convocação do dep. Élio Lopes (PL-RR). Na pauta constam os temas: participação brasileira no mercado de tecnologias de energias limpas baseadas em mineração, minerais do futuro, lítio, nióbio, estratégias de descarbonização na indústria mineral e posicionamento do setor mineral para a COP 26. Dia 19/10, às 14h.

Direitos Humanos e Minorias: *Audiência pública.* Observatório Câmara de Deputados para acompanhar iniciativas do relatório *Revisão Periódica Universal – ONU*. Tema: *Rompimento de Barragens* - A audiência levará em conta a recomendação 54: "Dar continuidade aos esforços para punir os responsáveis pelo rompimento das barreiras de contenção em Jacareí e Mariana; e garantir que as vítimas dessa tragédia tenham respeitados seu direito de acesso à justiça e seu direito a compensações e reparações pelos danos causados". Dia 20/10 às 13h.

OUTROS INFORMES

- Dom José Ionilton participou do encontro realizado pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão / GT Agrário do Ministério Público Federal (14/10), para debater a intervenção da Força Nacional de Segurança em Conflitos Agrários.

- Grupo de Trabalho (GTJOGOS) destinado ao debate e à atualização do PL 442/91, que cria o Marco Regulatório dos Jogos no Brasil - Coordenador: Dep. Bacelar (PODE/BA). Relator: Felipe Carreras (PSB/PE). Há previsão de que o PL seja levado ao plenário para discussão e votação no mês de novembro. Não existe debate e nem consenso na sociedade, no parlamento e no governo. No governo, parece-nos que existe uma maior simpatia ao tema após a posse do ministro Ciro Nogueira na Casa Civil.

- MP 1061 que extingue o Bolsa Família e cria o Programa Auxílio Brasil – o relatório deve ser apresentado nesta semana. O governo corre contra o tempo pois a última parcela do auxílio emergencial está sendo paga no mês de outubro. Poderá haver uma edição de MP para atender os meses de novembro e dezembro. Poderá ser incluído o pagamento de 13º para os beneficiários do Bolsa Família.

- Senado aprovou o PL 1869/2021 e 2510/2019 que altera o código florestal e permite a regularização de edifícios às margens de cursos e corpos d'água em áreas urbanas. E atribui aos municípios o dever de regulamentar as faixas de restrições à beira de rios, córregos, lagos e lagoas nos limites urbanos. O PL já tinha sido aprovado no plenário da Câmara e, com alterações realizadas no senado, retorna para ser analisado. Ao ser sancionado pelo presidente, a questão passará a estar ligada diretamente aos municípios. Por isso, as bases deverão acompanhar com muita atenção.